



# DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA DE COUTO MAGALHÃES-TO

Código 8082024833

SEGUNDA, 29 DE JULHO DE 2024

ANO III

EDIÇÃO N° 808

## PREFEITURA DE COUTO MAGALHÃES-TO

Rua 05, nº 963 - Centro - CEP: 77750-000  
Couto Magalhães-TO

**Júlio César Ramos Brasil**

*Prefeito Municipal*

- ✓ Diário Oficial Assinado Eletronicamente.
- ✓ Em acordo com Validador I.T.I. versão 2.11rc5.

## SUMÁRIO

► Prefeitura Municipal .....	2
Ata de apresentação do Plano Anual de Aplicação dos Recursos de Couto Magalhaes - TO. ....	2
Plano Anual de Aplicação dos Recursos (PAAR) .....	5
ANEXO .....	16

Gerado via Sistema de Diário Oficial Eletrônico ® v.2.3.1

**A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Diário Oficial na internet, no endereço**

<https://www.coutomagalhaes.to.gov.br/diariooficial>  
por meio do código de verificação ou QR Code.



CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO

**8082024833**

3699182657731956020



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO MAGALHÃES

Rua 05, nº 963 - Centro - CEP: 77750-000 - Fone: (63) 3468 1296 - Fax: (63) 3468 1379 - [prefeituradecouto@hotmail.com](mailto:prefeituradecouto@hotmail.com)

### Ata de apresentação do Plano Anual de Aplicação dos Recursos de Couto Magalhaes – TO.

Aos vinte e cinco (25) dias do mês de Julho de dois mil de vinte e quatro (2024) na cidade de Couto Magalhães, Tocantins. No prédio do CRAS centro de Referência de Assistência Social aconteceu à reunião de apresentação do Plano anual de Aplicação do Recurso PAAR, este instrumento do parágrafo Único do art. 3º da Lei 14.399/2022. Reunião esta que aconteceu com participação de diversos agentes da cultura local e também com a presença do Presidente do Conselho de Cultura Senhor Uelder Fernandes da Silva e do Secretário que aqui vos escreve e relata os fatos acontecidos nesta reunião fazendo a juntada de lista de presença no processo. Deu-se a reunião com a presença Senhor Ricardo Sales pelo aplicativo Google Meet sendo também consultor e assessor deste processo em questão o referido Recurso da lei Aldir Blanc.

Às 14h00min horas neste momento o Sr. Ricardo faz as apresentações e as boas vindas dando início na sua fala através do aplicativo acima citado com projeção em um telão para dar visibilidade pra todos os participantes e fala sobre a importância da participação dos agentes de cultura. Nesta discursão e planejamento do recurso coloca-se apresentação do PAAR e dos valores que foram depositados em conta que já inicia com as indicações da distribuição dos recursos, pois a presença de varias categorias ali presentes que já se encontram inscritos no cadastro Municipal de Cultura. Até esta data já se encontra 11 categorias e aproximadamente 44 artistas cadastrados no Cadastro Municipal de Cultura, no qual se pensa em fazer uma divisão igualitária. Pela primeira vez, cada seguimento irá participar assim darem-se mais incentivos as categorias. Assim abre o momento para as falas e alguns artistas ansiosos procuram saber quanto vai ficar pra cada um, mais isso ele coloca que vai depender das categorias prioritárias, onde foi proposto uma conversa posterior para aprimorar bem valores. O Senhor Uelder Fernandes da silva presidente do Conselho abre sua fala cumprimentando à todos e dá ênfase a da importância do seguimento pra sociedade e pede o empenho para todos estarem visando fazer uma discursão sobre um tema tão importante que é a participação do Plano Anual onde podem discutir seus interesses. Uelder também acrescenta como Secretário de Administração que o governo está empenhado em executar o processo em conjunto com todos os seguimentos culturais



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO MAGALHÃES

Rua 05, nº 963 - Centro - CEP: 77750-000 - Fone: (63) 3468 1296 - Fax: (63) 3468 1379 - [prefeituradecouto@hotmail.com](mailto:prefeituradecouto@hotmail.com)

da nossa cidade, tendo em vista que essa vai ser a primeira vez que vamos alocar este recurso e queremos fazer da melhor maneira possível e por fim, agradece e deseja a todos uma boa tarde com uma ótima discursão pela frente. O Secretário desta ata e também Diretor de Cultura Max Rogerio faz uma fala sobre as categorias ali representadas e deixa clara a importância da participação popular no processo de discursão de recursos públicos e sente a gratidão em contribuir e pede que todos se empenhem neste processo para que possamos apresentar bons projetos e fazer uma participação artística e cultural maravilhosa pra nossa população que só tem a ganhar com nossos artistas. Voltamos a ouvir o Sr. Ricardo que faz as ponderações finais e deixa a disposição pra mais informações e deseja a todos uma boa tarde e assim termina a reunião com a sequência de assinatura da lista de presença que será juntado com a ata do evento, sem mais finalizo esta ATA.

### **Setorial de Artesanato:**

Editais para produção de oficinas e cursos de costura, pintura, entre outros; edital para manutenção do grupo e companhias de fazeres artesanais; edital para fomento para produção artesanal.

### **Setorial da Música:**

Realizar Festival de música, abarcando grupos, bandas, músicos etc.: dentre outras ações em conjunto com o município.

### **Setorial Cultura Popular:**

Manutenção de espaços culturais; Compras de instrumentos, materiais, equipamentos. Edital específico para essas compras; Formação Cultural.

### **Setorial Dança:**

Editais para grupos de danças e dançarinos individuais, Compras de materiais, equipamentos, edital para manutenção do grupo e companhias de dança do município.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO MAGALHÃES

Rua 05, nº 963 - Centro - CEP: 77750-000 - Fone: (63) 3468 1296 - Fax: (63) 3468 1379 - [prefeituradecouto@hotmail.com](mailto:prefeituradecouto@hotmail.com)

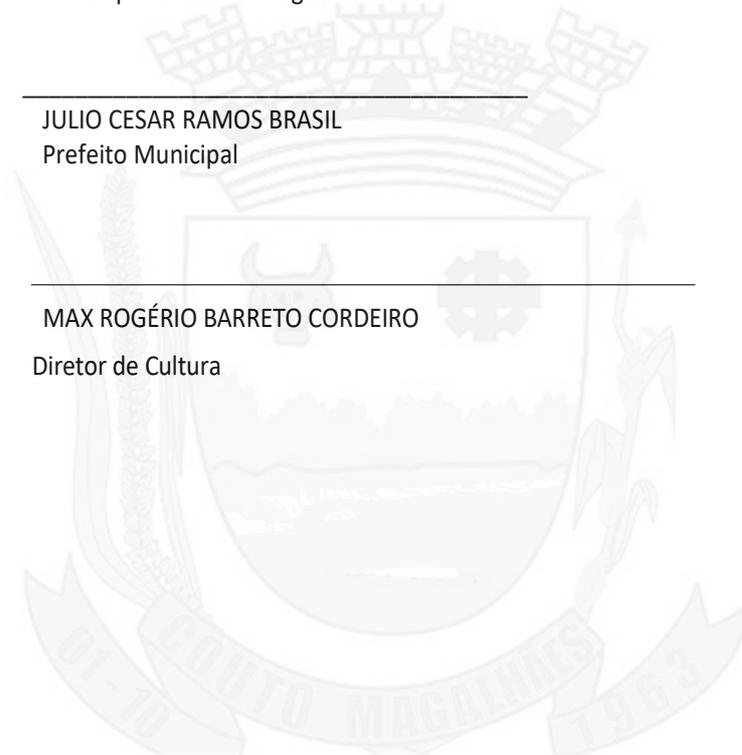
Sem nada mais a acrescentar a reunião então foi finalizada a 1ª escuta agradecendo a participação de todos. Sendo esta lavrada e assinada por mim, **MAX ROGÉRIO BARRETO CORDEIRO**, e em seguida pelo Sr. **º JULIO CESAR RAMOS BRASIL** Prefeito do Município de Couto Magalhães -TO.

---

JULIO CESAR RAMOS BRASIL  
Prefeito Municipal

---

MAX ROGÉRIO BARRETO CORDEIRO  
Diretor de Cultura



27/05/2024, 17:44

PAAR

# Plano Anual de Aplicação dos Recursos

(PAAR)

## Atenção! Leia o texto a seguir antes de iniciar o preenchimento:

A elaboração do PAAR deve passar por um procedimento de planejamento participativo, o que pressupõe a realização de consultas e audiências públicas, com a participação de agentes culturais e a população local, preferencialmente por intermédio de seus representantes nos Conselhos de Cultura.

O PAAR é um instrumento previsto na própria Lei da PNAB (parágrafo único do art. 3º da Lei 14.399/2022).

Dúvidas sobre a elaboração do PAAR e preenchimento do formulário podem ser enviadas para o e-mail [pnab@cultura.gov.br](mailto:pnab@cultura.gov.br).

## Dados do Plano de Ação

N.º do Plano de Ação: \*

30882120230005-020360

COUTO MAGALHÃES

Preencher Campos

UF Ente Recebedor:

TOCANTINS

02.133.098/0001-80

Fundo/Órgão Vinculado:

**MUNICIPIO DE COUTO MAGALHÃES**

Valor Total do Plano de Ação:

MUNICIPIO DE COUTO MAGALHÃES - TO

CNPJ Fundo/Órgão Vinculado:

**02.133.098/0001-80****R\$ 51.204,04**

27/05/2024, 17:44

PAAR

## DADOS PARA CONTATO

### Dados do (a) responsável pelo preenchimento do PAAR

Nome \*

Cargo \*

**MAX ROGÉRIO BARRETO CORDEIRO**

**DIRETOR DE CULTURA**

Telefone \*  
**(63) 99221-0167**

E-mail \*  
**maxrogerio@gmail.com**

Favor inserir um número de telefone válido.

exemplo@exemplo.com

Sou o gestor responsável pela pasta de cultura \*

Sim (  )

Não (  )

### Dados do (a) Gestor (a):

Informações sobre o (a) gestor (a) responsável pela pasta de cultura no ente.

Nome \*

Cargo \*

**DEUSELUZ COSTA E SILVA SOUSA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO**

Telefone \*  
**(63) 98460-8199**

E-mail \*  
**deuseluz.costa@hotmail.com**

Favor inserir um número de telefone válido.

exemplo@exemplo.com

27/05/2024, 17:44

PAAR

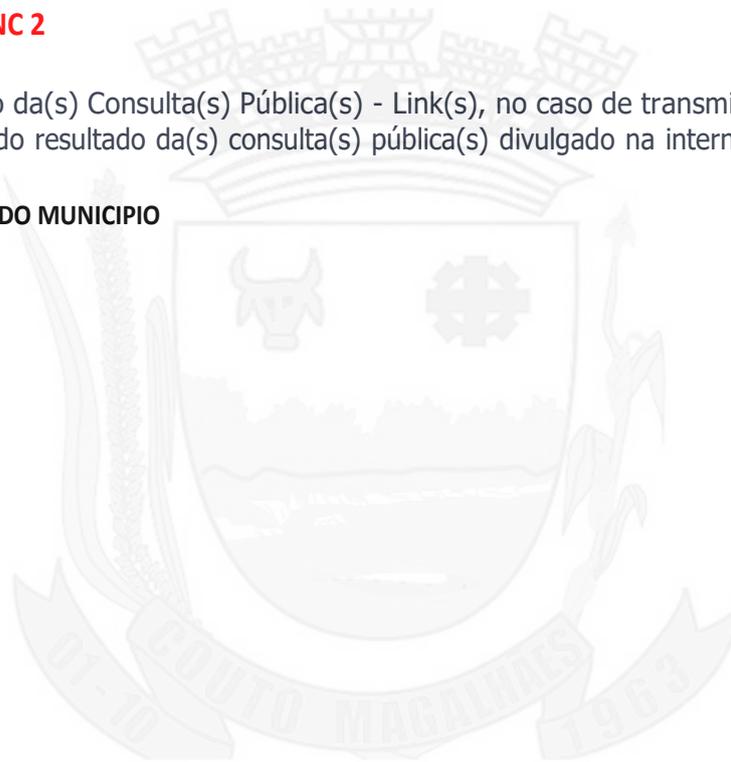
## Processo de Participação Social

Processo de Participação Social (Descreva como foi feito o processo de diálogo com a sociedade civil e traga informações gerais como locais, online/presencial, datas, quantidade de participantes, participação do Conselho de Cultura, outros): \*

**A GESTÃO MUNICIPAL FEZ O CONVITE ATRAVÉS DAS REDES SOCIAIS OFICIAIS DO MUNICÍPIO, SONORIZAÇÃO VOLANTE, GRUPOS DE TRABALHO NO WHATSAPP, NA SEDE DO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTENCIA SOCIAL) DE COUTO MAGALHÃES, NO DIA 25 DE JULHO ÀS 14H, ONDE PUDERAM COMPARECER CERCA DE XX (XXXX) ARTISTAS DAS MAIS VARIADAS ÁREAS DE ATUAÇÃO, ONDE OS MESMOS ESPLANARAM SOBRE A REACTUAÇÃO DOS VALORES OFERTADOS NA ALDIR BLANC 2**

Publicação da(s) Consulta(s) Pública(s) - Link(s), no caso de transmissão online ou do resultado da(s) consulta(s) pública(s) divulgado na internet: \*

**SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO**



3699182657731956020

## Metas

### META - Ações Gerais \*

Metas do Plano de Ação					
Metas					
Lista de metas de plano de ação					
Número	Nome	Descrição	Valor	Alocado / Máximo Permitido	Ações
M1	Ações Gerais	Ações Gerais	R\$ 48.643,84	95,00% / 100,00%	
M2	Custo operacional (5%)	Custo operacional (5%)	R\$ 2.560,20	5,00% / 5,00%	
Total de Recursos Aplicados:			R\$ 51.204,04		

R\$ 48.643,84  
95,00% / 100,00%

Executar os recursos oriundos da Lei 14.399, de 8 de julho de 2022, que tem como objetivos:

I - estimular ações, iniciativas, atividades e projetos culturais;

II - garantir o financiamento e a manutenção de ações, de espaços, de ambientes e de iniciativas artístico-culturais que contribuam para o pleno exercício dos direitos culturais pelos cidadãos brasileiros, dispondo-lhes os meios e os insumos necessários para a produção, o registro, a gestão e a difusão cultural de suas práticas e seus saberes, fazeres, modos de vida, bens, produtos e serviços culturais;

III - democratizar o acesso à fruição e à produção artística e cultural, inclusive em áreas periféricas, urbanas e rurais;

IV - garantir o financiamento para as ações, os projetos, as políticas e os programas públicos de cultura previstos no plano de cultura local.

### META/AÇÃO - Custo Operacional (até 5%):

Metas do Plano de Ação					
Metas					
Lista de metas de plano de ação					
Número	Nome	Descrição	Valor	Alocado / Máximo Permitido	Ações
M1	Ações Gerais	Ações Gerais	R\$ 48.643,84	95,00% / 100,00%	
M2	Custo operacional (5%)	Custo operacional (5%)	R\$ 2.560,20	5,00% / 5,00%	
Total de Recursos Aplicados:			R\$ 51.204,04		

R\$ 2.560,20  
5,00% / 5,00%

27/05/2024, 17:44

PAAR

## META/AÇÃO - Política Nacional de Cultura Viva - Chamamento Público - Lei 13.018/2014

### META - Ações Gerais \*

A1.1

#### Fomento Cultural

Realização de programas, projetos e ações visando à difusão de obras de caráter artístico e cultural; apoio a produções audiovisuais e jogos eletrônicos; exposições, festivais, festas populares, feiras e espetáculos; cursos de formação para profissionais da cultura, estudos e pesquisa nas diversas áreas culturais; serviço educativo de museus, de centros culturais, de teatros, de cinemas e de bibliotecas, inclusive formação de público na educação básica; bolsas de estudo, pesquisa ou criação; residência artística e intercâmbio cultural; proteção e preservação do patrimônio cultural imaterial; inventários e incentivos para manifestações culturais brasileiras em risco de extinção; transporte e seguro de objetos de valor cultural; planos anuais e plurianuais de instituições e grupos culturais; aquisição de ingressos de eventos artísticos para distribuição gratuita; outras ações considerados relevantes por sua dimensão cultural e interesse público, nos termos do artigo 5º da Lei 14.399/2022. R\$ 51.204,04

## Áreas periféricas e Ações afirmativas

Detalhar as atividades a serem realizadas em áreas periféricas urbanas e rurais, bem como em áreas de povos e comunidades tradicionais (respeitando, no mínimo, os 20% previstos no inciso II do art. 7º da Lei nº 14.399/2022): \*

Na seleção de projetos culturais o interior e os povos originários tem vaga garantida  
No edital das artes integradas os grupos minoritários tinham pontuação especial;

Informe as ações afirmativas que serão adotadas nas atividades previstas (de acordo com a Instrução Normativa MINC nº 10/2023): \*

CAPÍTULO I

### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece as regras e os procedimentos para implementação das ações afirmativas e medidas de acessibilidade de que trata o Decreto nº 11.740, de 18 de outubro de 2023, que regulamenta a Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022.

Art. 2º Os mecanismos de estímulo à participação e ao protagonismo de agentes culturais e equipes compostas de forma representativa por mulheres, pessoas negras, pessoas e povos indígenas, povos e comunidades tradicionais de que trata o § 2º do art. 4º do Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, pessoas idosas, pessoas em situação de rua, e outros grupos vulnerabilizados socialmente, serão implementados por meio de:

I - políticas de cotas ou reservas de vagas;

II - bonificações ou critérios diferenciados de pontuação, inclusive critérios de desempate, em editais;

III - realização de ações formativas, e cursos para especializar e profissionalizar agentes culturais pertencentes aos referidos grupos;

27/05/2024, 17:44

PAAR

IV - editais específicos e categorias específicas em editais;

V - políticas de acessibilidade, incluindo acessibilidade arquitetônica, atitudinal, comunicacional, e outras;

VI - procedimentos simplificados de inscrição; e

VII - qualquer outra modalidade de ação afirmativa e reparatória de direitos, observadas:

a) as legislações federais, estaduais, municipais e distritais, que tratam das temáticas envolvidas;

b) as realidades culturais, sociais, econômicas e territoriais de cada ente federativo; e

c) as propostas elaboradas em espaços de participação social, como conselhos, comitês e fóruns setoriais

Art. 3º O ente federativo pode estabelecer metas quantitativas e qualitativas com vistas a:

I - ampliar a participação e inclusão de agentes culturais pertencentes aos grupos de que trata o art. 2º nos editais de fomento e demais procedimentos públicos de seleção;

II - ampliar a oferta de ações e projetos culturais realizados nas regiões e territórios de que trata o art. 15;

III - ampliar, manter, e construir equipamentos públicos de cultura nas regiões e territórios de que trata o art. 15; e

IV - outras ações e atividades que promovam a equidade de oportunidades aos grupos de que trata o art. 2º.

Parágrafo único. As metas de que trata este artigo podem ser detalhadas no Plano Anual de Aplicação de Recursos - PAAR, nos termos do § 3º do art. 3º do Decreto nº 11.740, de 2023, conforme modelo a ser disponibilizado pelo Ministério da Cultura.

Art. 4º Os entes federativos devem incentivar a participação das pessoas mencionadas no caput do art. 2º em conselhos, colegiados, comitês e, sempre que possível, em comissões de seleção, de monitoramento e demais instâncias responsáveis pela elaboração, execução e avaliação das políticas culturais executadas com recursos da Lei nº 14.399, de 2022.

Parágrafo único. As ações afirmativas de que trata esta Instrução Normativa podem ser implementadas nas ações e atividades elencadas no art. 5º da Lei nº 14.399, de 2022, nos processos públicos de seleção destinados à escolha de membros dos conselhos, colegiados e comitês de que trata o caput, e à contratação de avaliadores, pareceristas e demais profissionais responsáveis pela execução dos recursos de que trata a Lei nº 14.399, de 2022.

## CAPÍTULO II

### DAS POLÍTICAS DE COTAS OU RESERVA DE VAGAS

Art. 5º A política de cotas tem como objeto garantir a reserva de um percentual mínimo de vagas a grupos específicos, sendo aplicáveis aos procedimentos públicos de seleção de que trata a Lei nº 14.399, de 2022.

Art. 6º Ficam garantidas cotas em todos os editais de fomento realizados com recursos da Lei nº 14.399, de 2022, de no mínimo:

I - vinte e cinco por cento das vagas para pessoas negras (pretas ou pardas);

II - dez por cento das vagas para pessoas indígenas; e

III - cinco por cento para pessoas com deficiência.

§ 1º O percentual de que trata este artigo pode ser ampliado considerando legislações locais mais benéficas ao público-alvo da ação afirmativa e o quantitativo de pessoas negras, indígenas, e pessoas com deficiência na região.

§ 2º Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

§ 3º Em caso de editais divididos em categorias, devem ser estabelecidas cotas em todas elas, ressalvados os casos de impossibilidade fática, no qual o percentual mínimo de reserva será aplicado ao total das vagas do edital.

§ 4º Nos casos excepcionais em que for estabelecido somente uma vaga total por categoria, o ente pode optar por destiná-la à ampla concorrência ou às cotas, garantindo que ao menos vinte e cinco por cento do total das vagas do Edital sejam destinadas a pessoas negras, dez por cento a pessoas indígenas e dez por cento a pessoas com deficiência. (*retificação publicada no DOU de 10/01/2024*)

§ 5º Nos casos de editais específicos de que trata o art. 14, o estabelecimento de cotas para pessoas negras e indígenas pode ser dispensado, caso o edital seja integralmente direcionado a proponentes de grupos étnico-raciais público-alvo de ações afirmativas.

§ 6º As cotas previstas neste artigo podem ser implementadas juntamente com:

27/05/2024, 17:44

PAAR

I - cotas para outros grupos sociais e;

II - outras ações afirmativas, tais como editais específicos e critérios diferenciados de pontuação.

Art. 7º Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no processo.

§ 1º As pessoas que optarem pelas cotas e atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas.

§ 2º Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

§ 3º No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.

§ 4º Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o §3º, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo os demais candidatos selecionados de acordo com a ordem de classificação.

Art. 8º Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato de inscrição, conforme modelos constantes nos Anexo I e II, ou outro modelo disponibilizado pelo ente federativo.

Parágrafo único. A autodeclaração poderá ser apresentada por escrito, em vídeo, áudio, em Libras, ou em outros formatos acessíveis.

Art. 9º A autodeclaração do agente cultural goza de presunção de veracidade, podendo os Entes Federativos estabelecer em editais procedimentos complementares, tais como:

I - heteroidentificação: procedimento complementar à autodeclaração de pertencimento racial, para confirmação, por terceiros, da identificação como pessoa negra (preta ou parda) de acordo com seu fenótipo, isto é, conforme suas características físicas;

II - solicitação de carta substanciada: documento apresentado em formato escrito, oral ou audiovisual que promove a reflexão sobre o pertencimento étnico-racial, contendo os motivos pelos quais o agente cultural se autodeclara negro (preto ou pardo) ou indígena, conforme modelo constante no Anexo III;

III - solicitação de um documento em formato escrito, oral ou audiovisual que demonstre o pertencimento étnico do agente cultural indígena elaborado por liderança ou entidade constituída em forma de associação, fundação ou qualquer configuração de entidade formalizada ou não, desde que gerida por povos indígenas;

IV - procedimento de avaliação biopsicossocial realizada nos termos do § 1º do art. 2º da Lei nº 13.146, de 2015, solicitação de documentos como laudo médico, Certificado da Pessoa com Deficiência ou comprovante de recebimento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência; ou

V - outras estratégias com vistas a garantir que as cotas sejam destinadas a pessoas negras, indígenas ou com deficiência.

Art. 10. As cotas de que trata o art. 5º devem ser aplicadas nos procedimentos públicos de seleção que prevejam a participação de pessoas jurídicas e grupos ou coletivos sem constituição jurídica, considerando, de forma isolada ou cumulativa, ao menos um dos elementos a seguir, conforme definição em edital:

I - pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras, indígenas ou com deficiência;

II - pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;

III - pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e

IV - outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.

Parágrafo único. As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos neste Capítulo, inclusive ao procedimento de heteroidentificação, quando implementado pelo ente federativo.

### CAPÍTULO III

#### DAS BONIFICAÇÕES OU DOS CRITÉRIOS DIFERENCIADOS DE PONTUAÇÃO

Art. 11. Os critérios diferenciados de pontuação têm como objetivo valorizar e induzir propostas que contemplem ou tenham associação às políticas afirmativas, podendo ser aplicados a pessoas físicas, pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica.

27/05/2024, 17:44

PAAR

Art. 12. Os procedimentos públicos de seleção podem conter critérios diferenciados de pontuação, inclusive critérios de desempate, considerando:

I - o perfil do público-alvo a que a ação, projeto ou produto cultural é direcionado;

II - o perfil do agente cultural que propõe a ação, projeto ou produto cultural;

III - a linguagem, expressão cultural e/ou temática da ação, projeto ou produto cultural;

IV - a facilitação do acesso pela população aos bens e serviços gerados pela ação, projeto ou produto cultural, por meio de:

a) gratuidade de ingressos ou ingressos a preços populares;

b) distribuição gratuita de produtos culturais para escolas públicas, Unidades Básicas de Saúde - UBS, Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, e demais equipamentos públicos; e

c) outras estratégias de democratização do acesso.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS REALIZAÇÃO DE AÇÕES FORMATIVAS E CURSOS PARA ESPECIALIZAR E PROFISSIONALIZAR AGENTES CULTURAIS

Art. 13. O ente federativo deve incentivar a profissionalização e apoiar o setor cultural local nas fases de inscrição de editais, de execução e de prestação de contas de projetos contemplados, por meio de oficinas, cursos, palestras, divulgação de materiais orientadores e outras atividades formativas, podendo utilizar para esta finalidade os recursos de operacionalização de que trata o art. 14 do Decreto Nº 11.740, de 2023.

#### CAPÍTULO V

##### DOS EDITAIS ESPECÍFICOS E DAS CATEGORIAS ESPECÍFICAS

Art. 14. Os entes federativos podem publicar editais destinados, especificamente, a determinados territórios, povos, comunidades, grupos ou populações, em consonância com a realidade local.

Parágrafo único. Os entes federativos podem estabelecer categorias específicas a determinados territórios, povos, comunidades, grupos ou populações, dentro dos editais de caráter geral.

#### CAPÍTULO VI

##### DAS MEDIDAS DE DESCONCENTRAÇÃO TERRITORIAL E REGIONALIZAÇÃO

Art. 15. Os entes deverão instituir mecanismos de desconcentração territorial e regionalização dos recursos, inclusive com vistas à implementação do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o art. 6º, II, da PNAB, em ações de incentivo direto a programas, a projetos e a ações de democratização do acesso à fruição e à produção artística e cultural em áreas periféricas, urbanas e rurais, e em territórios e regiões de maior vulnerabilidade econômica ou social, bem como em áreas de povos e comunidades tradicionais, quais sejam:

I - regiões periféricas;

II - regiões com menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH;

III - regiões onde são localizados conjuntos e empreendimentos habitacionais, e programas habitacionais de interesse social, promovidos por programas do governo federal ou local;

IV - assentamentos e acampamentos;

V - regiões com menor presença de espaços e equipamentos culturais públicos;

VI - regiões com menor histórico de acesso aos recursos da política pública de cultura;

VII - zonas especiais de interesse social; VIII - áreas atingidas por desastres naturais;

IX - territórios quilombolas;

X - territórios indígenas;

XI - territórios rurais;

27/05/2024, 17:44

PAAR

XII - espaços comunitários de convivência, acolhimento e alimentação; e

XIII - demais regiões que sejam habitadas por pessoas em situação de vulnerabilidade econômica ou social.

§ 1º As ações afirmativas de que tratam o caput podem ser empregadas quando os projetos são realizados nos territórios e regiões ou quando são propostos por agentes culturais nelas residentes.

§ 2º Para fins de aferição do percentual estabelecido no art. 6º, II, da PNAB, serão consideradas apenas as ações e projetos realizados nos territórios e regiões de que tratam este artigo.

## CAPÍTULO VII

### DAS AÇÕES AFIRMATIVAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DAS MEDIDAS DE ACESSIBILIDADE

Art. 16. Os procedimentos públicos de seleção podem prever medidas que contemplem e incentivem o protagonismo de agentes culturais com deficiência, conforme dispõe a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), mediante a adoção das ações afirmativas de que trata o art. 2º, com vistas a fomentar projetos culturais:

I - realizados por pessoas físicas com deficiência;

II - realizados por pessoas jurídicas que contenham pessoas com deficiência em posições de criação, direção, produção, coordenação e gestão criativa do projeto;

III - com temáticas relacionadas à acessibilidade e pessoas com deficiência;

IV - voltados às ações formativas sobre acessibilidade; ou

V - voltados à qualificação profissional de pessoas com deficiência nas cadeias produtivas da cultura.

Art. 17. São considerados recursos de acessibilidade implementados na publicação dos editais:

I - formatos acessíveis por softwares leitores de telas ou outras tecnologias assistivas, permitindo a leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres e diferentes contrastes;

II - formatação com elementos básicos de marcação, como título, parágrafos e listas;

III - linguagem simples, com informações claras e compreensíveis, evitando-se linguagens complexas e siglas;

IV - descrição textual de imagens;

V - utilização da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Art. 18. Os procedimentos públicos de seleção devem prever que o projeto, a iniciativa ou o espaço que concorra em seleção pública ofereça medidas de acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, de modo a contemplar:

I - nas medidas de acessibilidade arquitetônica: recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação, circulação, palcos e camarins; criação de vagas reservadas em estacionamento; previsão de filas preferenciais devidamente identificadas;

II - nas medidas de acessibilidade comunicacional: recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço, com reserva de espaços para pessoas surdas, preferencialmente na frente do palco onde se localizam os intérpretes de libras; e

III - nas medidas de acessibilidade atitudinal: a contratação de profissionais sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

Art. 19. São considerados recursos de:

I - acessibilidade arquitetônica:

a) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas, inclusive em palcos e camarins;

b) piso tátil;

27/05/2024, 17:44

PAAR

- c) rampas;
  - d) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
  - e) corrimãos e guarda-corpos;
  - f) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
  - g) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
  - h) assentos para pessoas obesas, pessoas com mobilidade reduzida pessoas com deficiência e pessoas idosas;
  - i) iluminação adequada;
  - j) demais recursos que permitam o acesso de pessoas com mobilidade reduzida, idosas e pessoas com deficiência;
- II - acessibilidade comunicacional:
- a) Língua Brasileira de Sinais - Libras;
  - b) sistema Braille;
  - c) sistema de sinalização ou comunicação tátil;
  - d) audiodescrição; e) legendas para surdos e ensurdecidos;
  - f) linguagem simples;
  - g) textos adaptados para software de leitor de tela; e
  - h) demais recursos que permitam uma comunicação acessível para pessoas com deficiência;
- III - acessibilidade atitudinal:
- a) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
  - b) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
  - c) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
  - d) outras medidas que visem à eliminação de atitudes capacitistas.

Art. 20. O projeto, a iniciativa ou o espaço que concorra em seleção pública decorrente do disposto nesta Instrução Normativa oferecerá medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto e preverá medidas que contemplem e incentivem o protagonismo de agentes culturais com deficiência, nos termos do § 5 do art. 9º do Decreto nº 11.740, de 2023.

Parágrafo único. Os recursos a serem utilizados em medidas de acessibilidade estarão previstos nos custos do projeto, da iniciativa ou do espaço, desde a sua concepção.

Art. 21. Os materiais de divulgação dos produtos culturais resultantes do projeto, da iniciativa ou do espaço cultural serão disponibilizados em formatos acessíveis a pessoas com deficiência, conterão informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados, e os símbolos universais que indiquem a acessibilidade disponível de forma expressa e visível.

## CAPÍTULO VIII

### DOS PROCEDIMENTOS SIMPLIFICADOS DE INSCRIÇÃO

Art. 22. O edital poderá prever a busca ativa de agentes culturais integrantes de grupos vulneráveis e admitir a inscrição de suas propostas:

I - em formatos alternativos, tais como inscrições orais ou por vídeos;

II - em outras línguas, tais como Libras. Parágrafo único. Inscrições realizadas de forma oral ou sinalizada devem ser recebidas e formalizadas pelo agente vinculado ao ente federativo responsável pelo procedimento de seleção.

Art. 23. A comprovação de endereço dos agentes culturais poderá ser realizada por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, nos termos do § 6º do art. 19 do Decreto 11.453, de 2023.

27/05/2024, 17:44

PAAR

Parágrafo único. A comprovação de que trata o caput deste artigo poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:

I - pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;

II - pertencentes à população nômade ou itinerante; ou III - que se encontrem em situação de rua.

#### CAPÍTULO IX

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. O percentual de até cinco por cento dos recursos destinados à operacionalização de que tratam os arts. 13 e 14 do Decreto nº 11.740, de 2023 poderá ser utilizado para a implementação das ações afirmativas e procedimentos de que trata esta Instrução Normativa.

Art. 25. Para fins de planejamento, monitoramento e aprimoramento da política de ações afirmativas na cultura, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão realizar a coleta de informações referentes ao perfil dos agentes culturais inscritos nos editais elaborados com recursos da Lei nº 14.399, de 2022.

Art. 26. Para fins de acompanhamento, monitoramento e avaliação da implementação das ações afirmativas, pode ser instituído comitê, comissão ou conselho composto por técnicos de órgãos capacitados e representantes da sociedade civil.

Art. 27. As propostas, ou documentos a elas associados que manifestem quaisquer formas de preconceito ou intolerância relativas à diversidade religiosa, racial, étnica, de gênero, geracional, de orientação sexual e outras formas de discriminação deverão ser desclassificadas, com fundamento no inciso IV do art. 3º da Constituição Federal, garantidos o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras ações de natureza cível ou criminal.

Art. 28. Constituem anexos desta Instrução Normativa:

I - Anexo I: Modelo de autodeclaração étnico-racial;

II - Anexo II: Modelo de autodeclaração para pessoa com deficiência; e

III - Anexo III: Modelo de carta consubstanciada.

Art. 29. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação.

#### Informações sobre Sistema de Cultura local

Possui Conselho de Cultura? \*

SIM( ) NÃO( )

Possui Plano de Cultura? \*

SIM( ) NÃO( )  
Em elaboração ( X )

Possui Fundo de Cultura? \*

SIM ( ) NÃO ( X )

**JULIO CESAR RAMOS BRASIL**  
**PREFEITO MUNICIPAL DE COUTO MAGALHÃES - TO**



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE COUTO MAGALHÃES**

Rua 05, nº 963 - Centro - CEP 77750-000 - Fone: (63) 3468 1295 - Fax: (63) 3468 1379 - prefeitura@couto.to@hotmail.com TIMBRE

**PRIMEIRA ESCUTA PUBLICA: CONSTRUÇÃO DO PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS (PAAR) 29/05/2024**

**HORARIO: 14H**

**LOCAL: CRAS (Centro de Referência e Assistência Social) 25/07/2024. COUTO MAGALHÃES- TO**

ITEM	NOME	SETORIAL	TELEFONE
1.	Amanda Oliveira Soares	esulinaria	992114081
2	Rosamunda Veneta de A.	esulinaria	993023179
3.	Rayana Bezerra Nelson	Dança e música cont	992930604
4.	Monique Leucisio Torres Freijon	exerce creche	9998443-4671
5.	Faiah Redrigues de F. lve	Função empecado	63 991315581
6.	Carla Ferreira Lima	Palha	63 992.569502
7.	Aldenora Pereira de Souza Tranqueira	forajá crochi	63 992130409
8.	Amanda monique Silva Chaves	Boneca artesanato	63 98488-0913
9.	WILLIAN RIBEIRO DE MASCARENHA	LOCUTOR CANTOR	63992942612
10.	Maria de Fátima Sousa	Culinária	63 992641246
11.	Jenivaldo da Silva Costa	MUSICA	63 995124636
12	William do bay Nascimento	MUSICA	63 99119 7502



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE COUTO MAGALHÃES**

Rua 05, nº 963 - Centro - CEP: 77750-000 - Fone: (63) 3469 1236 - Fax: (63) 3459 1379 - prefeitura@coutomagalhães.com.br

13.	Deborah Barros Ferreira	Técnico em Formação	63-99109-8838
14.	Manoel F. Santos	Dirutor Opae	63 98451-3208
15.	Wendy Virginia de Sousa Gomes	Chefe e pintura	63 99130 0250
16.	Suena Rubiana D. Santos	Bibliotecária Articuladora	63 99130 3234
17.	Neida Firmiana da Silva	Coordenadora de Cultura	63 58515 5880
18.	Mae Rogério Barreto Loureiro	Dirutor Cultural	63 99221-0167
19.			
20.			
21.			
22.			
23.			
24.			
25.			
26.			